

A MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA NO BRASIL EM 1968: notas historiográficas e observações críticas*

João Quartim de Moraes**

RESUMO: As importantes mobilizações de massa de 1968, impulsionadas principalmente pelos estudantes, obedeceram a fatores preponderantemente internos, assim como as primeiras ações armadas urbanas ocorridas em São Paulo no mesmo momento (março-abril de 1968). Embora não estejam casualmente concatenadas, as passeatas estudantis e os grupos guerrilheiros remetem à mesma *causa* histórica, o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar. Constituíram, nesta medida, formas distintas de *resistência democrática*. Nem por isso se pode perder de vista a dimensão internacional dos acontecimentos de 1968 no Brasil, que é particularmente evidente nas concepções teóricas sobre a estratégia revolucionária da guerrilha rural. Na prática, entretanto, a luta armada fixou-se nos centros urbanos e acabou por ser aniquilada antes de superar seu "impasse estratégico".

UNITERMOS: Brasil: luta armada, movimento estudantil; história, evento, processo; estratégia, tática, guerra revolucionária.

O movimento de massas de 1968: características gerais

Em 1968 ocorreram manifestações contra a ditadura militar que só seriam superadas quanto à amplitude (social e geográfica) da participação popular, pela campanha por eleições presidenciais diretas, em 1984. Permaneceram no entanto insuperadas no

* Versões preliminares deste texto foram expostas e discutidas na 40ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo, julho de 1988) e no XII Encontro Anual da ANPOCS (Águas de São Pedro, outubro de 1988). Elaborei-o no âmbito de um esforço comum, que venho desenvolvendo juntamente com Irene Cardoso, Elizabeth Lobo e Marco Aurélio Garcia no sentido de trazer para o trabalho acadêmico o exame das diferentes dimensões da resistência anti-ditatorial durante os "anos de chumbo", o sombrio drama político de nossa geração.

** Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo.

que se refere à duração do movimento. Enquanto que a campanha popular pelas diretas concentrou-se nos quatro primeiros meses de 1984, até a votação pelo Congresso, a 25 de abril, da emenda Dante de Oliveira (para a qual, nunca será demais repeti-lo, faltaram 22 votos à maioria de dois terços necessária para aprová-la; o então senador José Sarney foi um dos principais articuladores das pressões do poder ditatorial sobre os dissidentes do PDS, que se dispunham a votar no sentido das aspirações populares), a mobilização de 1968 durou quase o dobro: do assassinato do estudante Edson Luís por uma tropa de choque da PM-Rio à invasão da Faculdade de Filosofia da USP pelos comandos do CCC-Mackenzie apoiados pela PM-São Paulo, e à prisão em massa dos participantes do Congresso da UNE em Ibiúna, foram oito meses de manifestação e lutas praticamente ininterruptas.

A descrição sistemática deste multiforme processo de mobilização de massas contra a ditadura militar está ainda para ser elaborada. Embora dispersa, a documentação disponível (imprensa da época, arquivos pessoais, depoimentos de participantes e de testemunhas, além dos livros de memórias e estudos historiográficos, etc.) é ampla, sobretudo porque até o dia 13 de dezembro de 1968 (quando os elementos cripto-fascistas do regime militar lograram seu intento de impor, através do Ato-5, a ditadura aberta, com carta branca para os torturadores), a imprensa se exprimiu com alguma liberdade e a oposição pode fazer valer publicamente suas críticas e suas denúncias. Particularmente abundante é a documentação iconográfica, cobrindo passeatas, manifestações como a do 1º de Maio de 1968 na Praça da Sé e Praça da República, a greve de Osasco, para só citarmos a imprensa paulista, notadamente a *Folha da Tarde* e o *Jornal da Tarde* nos quais está registrada uma riquíssima coleção de imagens daqueles e de outros eventos, ocorridos não apenas na capital, mas também no interior do Estado. Aliás, a “interiorização” da mobilização anti-ditatorial permanece um dos aspectos menos estudados dos acontecimentos políticos de 1968. Nos quadros descritivos do movimento estudantil em escala nacional incluídos na parte final de seu importante trabalho *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*, João Roberto Martins F. menciona a grande maioria das capitais brasileiras e, no interior do Estado de São Paulo, São Carlos, Presidente Prudente, Campinas e Piracicaba. (Martins Fº, 1987, p. 151-166). Mas a listagem não é exaustiva: uma investigação pormenorizada da imprensa disponível ampliá-la-ia consideravelmente. (O autor citado não consultou a *Folha da Tarde*, o que por si só permite supor que muitos dados sobre mobilização estudantil em 1968 poderão ser acrescentados a seu esforço pioneiro de listagem).

Comparado a outros processos de mobilização de massas de nossa história social e política, a principal particularidade do de 1968 foi a presença decisiva do movimento estudantil. As “passeatas” que tanto exasperaram a reação e que asseguraram, meses a

fio, o domínio das ruas à rebelião anti-ditatorial, nasciam quase sempre nas Faculdades, quando não nas Escolas secundárias. Nesse sentido, os estudantes constituíram a categoria social mobilizadora por excelência, vale dizer, aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais. Acabaram assumindo também, embora não fosse essa a intenção proclamada de seus militantes mais expressivos, uma função dirigente no seio do movimento de massas. Função efêmera, sem dúvida, além de difusa, exercida por propagação espontânea a partir do meio estudantil em direção das categorias sociais e profissionais adjacentes: professores, jornalistas, artistas e em geral profissionais ligados à cultura, assim como as correntes de opinião sensíveis ao idário democrático e aos valores culturais avançados que aquela mobilização contrapunha à estreiteza reacionária da ditadura. A famosa Passeata dos Cem Mil, realizada a 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro, constituiu o ponto mais alto do processo de luta de massas desencadeado três meses antes, ao influxo da indignação provocada pela truculência assassina da repressão policial. Os estudantes, mais uma vez, atuaram como força motriz da impressionante manifestação, da qual participaram, como se sabe, todas as correntes da opinião democrática carioca.

O predomínio dos fatores internos na luta dos estudantes em 1968 no Brasil

A contemporaneidade da mobilização estudantil brasileira com a que ocorria na Europa Ocidental, especialmente na França, Itália e Alemanha Federal, tem sido ressaltada nos diferentes eventos realizados entre nós por ocasião do vigésimo aniversário dos “acontecimentos de 1968”. A pertinência desta aproximação entre a cena nacional e a cena internacional é óbvia. Menos clara, entretanto, é a natureza da influência desta sobre aquela. O aspecto genérico desta influência, nos planos político e cultural, escapa a nosso tema, circunscrito ao exame das relações entre o movimento de massas e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notaremos apenas que o movimento estudantil de massa no Brasil e na Europa Ocidental foram *demasiado* contemporâneos, no sentido cronológico do termo, para que se possa falar em relação de causa a efeito entre este e aquele. Basta lembrar que o primeiro ato da rebelião estudantil na França ocorreu na Universidade de Nanterre a 22 de março de 1968 (ocupação da sala do Conselho Universitário por 142 estudantes), seis dias antes do assassinato de Edson Luís, ocorrido no “Calabouço” a 28 de março. Além de que o prazo – cinco dias entre a divulgação da informação dos “distúrbios” de Nanterre e a invasão do “Calabouço” – é demasiado exíguo responder a qualquer influência direta da rebelião estudantil francesa sobre a brasileira, acresce que a agitação no “Calabouço” começara em janeiro,

sendo portanto cronologicamente anterior à de Nanterre e, sobretudo, que o “22 de Março” passou despercebido na própria França. Mesmo órgãos de imprensa anti-gaulistas, como o semanário *Le Nouvel Observateur* (centro-esquerda liberal-modernoso), sem subestimar os acontecimentos daquele dia, nem suas conseqüências, tratou o assunto como um episódio entre outros no processo de contestação estudantil da rigidez, dos arcaísmos e do caráter politicamente conservador das instituições universitárias francesas. O número 177 daquele semanário (de 3 a 9 de abril de 1968), já com mais de uma semana de recuo sobre os incidentes de 22 de março, consagrou uma página de comentários políticos (secção *On en parlera demain*) a um balanço da agitação estudantil do dia 22 de março em diante. A conclusão dos comentários merece ser traduzida: “Se a massa dos estudantes ainda não segue o movimento, os debates de sexta-feira (29 de março) mostraram que a contestação da Universidade e da sociedade em geral podia se desenvolver com calma e permitia, de outro lado, a grupos que até agora agiam separadamente, esquecer suas divergências ideológicas e levar adiante uma ação comum”. O jornalista percebeu com certa acuidade o que o “22 de Março” trazia de novo: a unidade de ação sobrepondo-se às querelas ideológicas grupusculares. Mas não percebeu – e não vai nisso nenhuma falha, porque seria preciso um excepcional talento premonitório para percebê-lo – o caráter explosivo que iria assumir, um mês mais tarde, o movimento.

Fica portanto evidente que a mobilização estudantil de massa desencadeou-se primeiro no Brasil – e não na França. Confirma-o por exemplo a leitura do *Correio da Manhã* daqueles dias (de 23 a 31 de março de 1968). Como se sabe, este jornal carioca oferecia a seus leitores ampla informação sobre a oposição ao regime militar e, em termos brasileiros, razoável informação internacional. Ora, entre os dias 23 e 31 de março, nenhuma alusão é feita, no mencionado diário, aos acontecimentos de Nanterre. Em compensação, encontramos sucessivamente as seguintes notícias sobre o movimento estudantil brasileiro:

Correio da Manhã de 23 de março de 1968: a Faculdade de Filosofia da USP continua fechada por tempo indeterminado. (Os “excedentes” do vestibular haviam invadido a Congregação para exigir a concessão de vagas, exatamente a mesma iniciativa que os estudantes de Nanterre tomariam a 22 de março). A Congregação da Filo-USP decidiu então fechar a Faculdade, exatamente como faria a de Nanterre). Alguns professores, conhecidos por suas posições reacionárias e por sua conivência com a ditadura, que não perdoavam ao professor Florestan Fernandes sua atitude digna e corajosa durante os famigerados IPMs que haviam assolado as Faculdades suspeitas de “subversão”, agarraram a ocasião para uma desforra, acusando Florestan de cumplicidade com os “excedentes” invasores da Congregação. O jornal, neste edição, publica declarações do acusado, desmentindo indignadamente os intrigantes e condenando “veementemente

o ato dos estudantes”, uma “violência sem cabimento, contra os professores e a Congregação”.

Idem, de 24/3/68: publica notícia com o título: “Agrava-se crise estudantil em São Paulo: Excedentes”.

Idem, de 28/3: dá notícia sobre a preparação do XX Congresso Nacional da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários), informando notadamente que Che Guevara havia sido escolhido como presidente de honra, “post mortem”, daquele Congresso, cuja data seria 21 a 24 de abril.

Idem, de 29/3: manchete da primeira página, letras garrafais: “Polícia Militar Mata Estudante”. O editorial consagrado ao trágico desfecho da invasão do “Calabouço” leva o título “Assassinato”, denunciando com veemência a criminoso ação repressiva da PM carioca. A conclusão do editorial é lapidar: “A Guanabara, cidade civilizada e centro cultural do Brasil, não perdoará os assassinos”.

Idem, de 30/3: Manchete de primeira página informa que “Crise Estudantil Alastra-se às Principais Cidades do País”. Estava desencadeada a grande mobilização estudantil, com forte apoio da opinião pública. No dia em que o regime comemorava o quarto aniversário do golpe que lhe dera origem, uma vaga sem precedente de repúdio a seus métodos brutais sacudia o país. Até no Supremo Tribunal Militar, o general Peri Bevilacqua declarava que o crime da PM “nos enche de legítima indignação”.

Foi portanto em função de fatores exclusivamente internos e caracterizadamente reivindicatórios (tanto na Filo-USP quanto no “Calabouço”) que se desencadeou a mobilização estudantil. Se não houve influência internacional na *dinâmica de massas* do movimento estudantil, iniciativas como a homenagem prestada a Che Guevara pelos organizadores do XX Congresso da UBES, mostram quão forte era a sensibilidade internacionalista dos militantes de vanguarda daquele movimento. Não por acaso, desta vanguarda saíam, em boa medida, os membros das organizações revolucionárias clandestinas que partiriam (algumas já estavam partindo) para o combate frontal contra a ditadura militar e a dominação de classe por ela sustentada.

O desencadeamento da luta armada: a ordem dos fatores e as dificuldades metodológicas de uma historiografia objetiva

A pré-condição histórica fundamental do desencadeamento da luta armada no Brasil foi o golpe de 1964, assim como sua condição política fundamental foi a consolidação da ditadura militar – sob a forma auto-limitada do regime definido pela Constituição

outorgada de 1967. Por pré-condições entendemos aqui os fatores que contribuíram indiretamente para o desencadeamento da luta armada, isto é, que criaram as condições que a tornariam possível. A expulsão dos sargentos e marinheiros envolvidos na mobilização política dos subalternos das Forças Armadas entre 1961 e 1964 constituiu uma destas pré-condições. Como se sabe, foi um núcleo de ex-sargentos e ex-marinheiros, agrupado em torno do ex-sargento Onofre Pinto, que iniciou a luta armada no Brasil. O nexo entre os dois fatos é evidente. A expulsão (pré-condição) *condicionou* o agrupamento de algumas dezenas de companheiros de expurgo, animados pela solidariedade recíproca na amarga situação de politicamente derrotados, profissionalmente discriminados e socialmente marginalizados em que se encontravam, desde o golpe de 1964, os protagonistas e os figurantes dos extintos movimentos dos sargentos e Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros. Muitos deles haviam sofrido prisão e brutalidades policiais. O próprio Onofre havia sido hóspede do famigerado navio-prisão Raul Soares, onde amontoaram-se, nos dias que se seguiram ao triunfo da sedição reacionária, numerosos presos políticos. Ao *condicionar* tal agrupamento, a expulsão *pré-condicionou* a formação, três anos mais tarde, do grupo do “Ali”, mais tarde do “Augusto”, pseudônimos adotados sucessivamente por Onofre Pinto. (O pseudônimo “Ali” refletia provavelmente a simpatia de Onofre pela Revolução Argelina).

A distinção entre pré-condições e condições apresenta o interesse, estritamente analítico, de pôr em perspectiva a articulação dos nexos causais que explicam determinado resultado histórico. No caso, a deflagração da luta armada no Brasil de 1968. O objetivo do historiador é identificar a concatenação completa dos fatores causais, reconstituindo, elo por elo, a cadeia dos antecedentes do processo em exame. Embora nos proporcione uma imagem clara e distinta desta concatenação, a metáfora da cadeia, isto é, de uma série de elos, cada um entrelaçado num anterior (o condicionante) e num posterior (o condicionado), com exceção do primeiro e do último, aquele representando a pré-condição a mais recuada, este o resultado final da série de antecedentes/conseqüentes, não oferece, no entanto, uma representação adequada da causalidade histórica. Pelo menos por duas razões principais:

1. A sucessão histórica comporta *eventos e processos*. Ora, a temporalidade de um evento é discreta, seu tempo próprio é o instante, átomo de duração, enquanto que a temporalidade de um processo é contínua, duração indivisa. Por exemplo, o golpe de 1964 se inscreve na ordem dos eventos, mas a ditadura militar na dos processos. Por serem estáticos, os elos de uma corrente prestam-se a representar a sucessão dos eventos, sob a forma de uma série de imobilidades sucessivas (por exemplo, a série: golpe – ato institucional n. 1 – prorrogação do mandato de Castelo Branco – eleições para governador em outubro de 1965, com derrota fragorosa dos candidatos do regime – ato institucional n. 2 – etc.). Mas não se prestam a representar a persistência de processos subjacentes àqueles eventos, por exemplo da dominação social do grande capital agrário,

industrial e financeiro, da ditadura militar, etc. Analiticamente, somos levados a separar os eventos dos processos, tratando-os respectivamente em termos de descrição (estática) de uma *situação* e em termos de determinação dos nexos causais de uma evolução. (Por *situação* entendemos aqui o contexto global de um evento e por *evolução* a dinâmica de um processo). Sabemos, no entanto que, objetivamente, a contradição entre o evento (e sua situação) e o processo (e sua dinâmica evolutiva), entre o discreto e o contínuo, se resolvem na síntese histórica concreta. A ditadura militar consolidou-se como forma de poder de Estado reproduzindo continuamente o ato de força com que se instaurara: na síntese histórica objetiva, a ditadura é o golpe continuado e o golpe o primeiro ato da ditadura. A separação entre o golpe (evento) e a ditadura (processo) é portanto *analítica*: concerne nossos métodos de conhecimento dos fenômenos históricos e, mais precisamente, nossa dificuldade em elaborar um modelo causal que dê conta, adequadamente, da síntese objetiva entre o evento e o processo. Donde o interesse metodológico da distinção entre pré-condições (condições passadas) e condições *strictu sensu* (condições presentes). Como notamos, ela permite pôr em perspectiva as diferentes dimensões temporais da determinação causal.

2. Um fenômeno histórico (seja ele um evento ou um processo) não se explica, em geral, apenas por *uma* série de antecedentes, mas constitui o efeito combinado do entrecruzamento, num determinado “ponto”, de múltiplos fatores causais, vale dizer, de múltiplas séries de antecedentes. Para retomar a célebre fórmula de Marx, o concreto é síntese de múltiplas determinações. A análise concreta de uma situação concreta – retomando agora a célebre fórmula de Lênin – será tanto mais concreta quanto mais completa for, vale dizer, quanto mais exaustivamente determinar a multiplicidade dos fatores cuja síntese constitui o concreto. Esta determinação é sempre problemática, já que não se trata apenas de *identificar* os fatores da síntese, mas também de *avaliar* a influência particular de cada um deles sobre o resultado global. As fronteiras entre a avaliação objetiva e a interpretação subjetiva são, sabêmo-lo todos, extremamente tênues. É pois intrínseco à explicação histórica um aspecto polêmico, já que não existe um parâmetro universal para medir a eficácia causal dos diferentes fatores que concorrem na determinação de um efeito histórico. (Quem de nós, formados na escola do marxismo-leninismo, já não ouviu à exaustão os argumentos e contra-argumentos em torno da luta pelo e no poder soviético após a morte de Lênin? Como avaliar a possibilidade objetiva de que uma política externa soviética distinta daquela dita do “socialismo num só país” tivesse conduzido à vitória do socialismo na Europa Ocidental em prazo útil para evitar o flagelo hitleriano? Ou a hipótese contrária – sustentada pelos partidários de Iosif Visarionovitch Djugashvili, dito Koba, de que teria, ao contrário, feito naufragar não somente a revolução proletária internacional, mas a própria República dos Soviets? Evidentemente, não é esta a única questão importante na *vexata quaestio* do “stalinismo”. Outras são suscetíveis de uma comprovação histórica; por exemplo, a do assassinato de

Kirov ou a do pretense “putsch dos generais”. Outras ainda, embora não tão diretamente verificáveis, permitem uma avaliação mais precisa do que aquela sobre o curso internacional da Revolução; por exemplo, a propósito do pacto nazi-soviético. Da inexistência de um parâmetro causal universal permitindo medir, por exemplo, o grau de viabilidade das propostas da chamada “oposição unificada” na Rússia Soviética da segunda metade dos anos 1920, não se infere, no entanto, que não se possa atingir, nesta e noutras questões, um grau satisfatório de objetividade. Infere-se apenas que a objetividade, em casos como este, de fenômenos históricos complexos e multi-dimensionais, requer um longo esforço de análise e de compreensão.

É o que ocorre, *mutatis mutandis*, com o debate sobre as origens da luta armada no Brasil de 1968, em particular, sobre a identificação de sua causa histórica fundamental. Não somente a direita, mas também o centro liberal e até setores da esquerda privilegiam abusivamente os fatores externos (influência cubana ou maoista) em detrimento dos internos. No caso da direita (tanto a extrema-direita fascistoide quanto os liberais de direita), a motivação política é óbvia: se admitissem a tese (que aqui sustentamos) de que a causa histórica fundamental da luta armada foi a ditadura militar, estariam, *ipso facto*, reconhecendo sua própria responsabilidade, enquanto forças políticas que deram sustentação ao golpe, pelas conseqüências históricas daquele evento e notadamente, pelo espírito de rebeldia que o regime de força então instaurado (graças, repitâmo-lo uma vez mais, que nunca será demais, aos liberais tanto quanto aos cripto-fascistas) suscitava na juventude, entre os estudantes, entre os intelectuais democratas, entre os militantes de esquerda, entre os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas, etc. No entanto, é inegável a influência dos fatores externos no processo que conduziu considerável parcela da esquerda brasileira ao confronto violento com a ditadura militar reacionária. Os próprios revolucionários, sobretudo aqueles que, sob a direção de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira, aderiram publicamente à Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), entusiasta mas frustrada tentativa de criar uma internacional guerrilheira tendo por centro La Habana e por inspiração o testamento político de Guevara, encarregaram-se de propagar suas convicções internacionalistas. Fizeram-no sem exageros, no entanto, sempre salientando que a luta armada, no Brasil, seria obra de brasileiros. O que não impediu, evidentemente, que os porta-vozes do regime denunciasses, em linguagem estereotipada, o caráter “exótico e sedicioso”, “contrário à formação cristã e democrática da esmagadora maioria de nossa população”, da “ideologia alienígena” dos “subversivos”.

A tese de que a condição política essencial da luta armada foi a ditadura militar significa que sem ditadura, não teria havido luta armada no Brasil a partir de 1968. Aos positivistas que denunciariam o caráter inverificável desta tese, responderíamos apenas que não queremos demonstrá-la, mas somente utilizá-la heurísticamente para, como já dissemos, pôr em perspectiva a complexa articulação causal do processo histórico. Sem

dúvida, a História não se faz com projetos fracassados, nem com possibilidades abortadas. Mas só avaliamos plenamente o significado de um resultado histórico confrontando-o intelectualmente com a possibilidade contrária, vale dizer, concebendo como teria sido o curso da história se, em vez do resultado A tivesse ocorrido o resultado não-A (resultado que, obviamente, tanto pode ser imaginado como positivo, como tendo evitado uma catástrofe – por exemplo, o que teria ocorrido se em vez de traírem a República Espanhola as democracias liberais ocidentais a tivessem ajudado, quanto como negativo – o que teria ocorrido se em vez de derrotadas pelo heróico Exército Vermelho, as hordas nazistas tivessem ganho a batalha de Stalingrado).

Os Tupamaros e o Sendero Luminoso: análise de duas exceções à relação de causa a efeito entre ditadura militar reacionária e luta armada revolucionária

Sustentamos que, se não tivesse ocorrido o golpe de 1964 e, sobretudo, se este não tivesse se cristalizado numa ditadura militar, a *possibilidade objetiva* da ocorrência de um movimento de luta armada no Brasil teria sido mínima. Poderiam, nesta hipótese, ter ocorrido tentativas meramente grupusculares de preparar focos guerrilheiros táticos ou estratégicos, acompanhados de ataques esporádicos a bancos e outras fontes diretas de “auto-financiamento”, vale dizer, na expressão saborosa de um dos melhores lutadores da resistência anti-ditatorial naquele período, o operário José Campos Barreto, a luta armada ter-se-ia reduzido a atos de “porra-louquismo esporádico”. (Barreto, então militante da 1ª VPR, referia-se ao plano de ações espetaculares proposto por outro militante daquela organização, mais tarde conhecido pelo pseudônimo de “Jamil”). Mas não teria ocorrido o efeito mobilizador suscitado pelas primeiras (e bem sucedidas) ações armadas em parcelas ponderáveis da esquerda, condenadas ao “exílio interior” pelo regime ditatorial e dispostas, portanto, a passar a formas ilegais (mas percebidas como historicamente legítimas) de luta e de resistência.

Na impossibilidade de verificar em laboratório hipóteses históricas que a história não verificou na práxis, cumpre recorrer ao método da análise comparativa, muito menos rigoroso, é verdade, mas fecundo se observarmos, na comparação, critérios de pertinência entre a possibilidade histórica não realizada e realizações históricas de possibilidades *análogas*. No caso, cumpre examinar os dois exemplos históricos pertinentes que não confirmam nossa hipótese, isto é, que constituem exemplos de processos de luta armada desencadeados no âmbito de regimes onde existiam ou persistiam liberdades públicas e que portanto dispunham de um mínimo de legitimidade. Estes dois exemplos são o dos Tupamaros e o do Sendero Luminoso.

O exemplo dos tupamaros apresenta o interesse suplementar de ter sido contemporâneo do movimento brasileiro de luta armada, embora, contrariamente ao que afirma Thomas Skidmore em seu recente *Brasil de Castelo a Tancredo* (que os guerrilheiros brasileiros “imitavam os êxitos até mais épicos dos guerrilheiros tupamaros do Uruguai”) (Skidmore, 1988, p. 176), os militantes que lançaram a luta armada no Brasil pouco ou nada sabiam sobre seus congêneres uruguaios. Se em vez de arriscar palpites, o eminente brazilianista tivesse consultado a imprensa brasileira de 1968, teria constatado aquilo que sabem todos os militantes brasileiros que desencadearam a luta armada: que pouco ou nada se sabia, no Brasil, dos tupamaros. Conhecê-los-íamos mais tarde, em 1969-1970, quando sucessivos grupos de exilados brasileiros, acudados pelas forças repressivas da ditadura, cruzariam a fronteira uruguaia. Já então o poder político, no Uruguai, marchava para a ditadura. A guerrilha urbana dos tupamaros tornara-se um fator determinante da evolução política do país, contando com a simpatia discreta do Partido Socialista e dos anarquistas. Persistiam, no entanto, certas liberdades públicas e garantias judiciárias, como testemunhamos no primeiro semestre de 1969, quando um dos mais importantes dirigentes tupamaros, preso na véspera pela polícia, declarava ao juiz incumbido de instruir seu processo: “Hé cumplido mi deber y no diré nada!” Esta lapidar declaração, bem como a foto do declarante, foram reproduzidas nos jornais de Montevideo. Será preciso observar que no Brasil, na mesma época, era ao Sergio Fleury e outros esbirros assassinos que os presos políticos faziam “declarações” – e quando não as faziam eram destroçados por seus algozes? A luta armada dos tupamaros parecia-nos, trânsfugas do inferno repressivo brasileiro, um delicioso conto de fadas. Mais tarde, as coisas pioraram muito no Uruguai e a repressão política, como no Brasil, ficou bicho feio. Os nexos causais, no entanto, apresentaram-se em ordem inversa: foi a ascensão da guerrilha tupamara nas condições da legalidade constitucional que precipitou a evolução do regime para a ditadura militar. Afinal, a primeira ação clandestina dos tupamaros remontava a julho de 1963, quando um grupo de militantes de origem socialista, chefiados por Raul Sendic, assaltou um clube de tiro situado no interior, apoderando-se de boa quantidade de armas de fogo. Não que caiba aos guerrilheiros uruguaios a responsabilidade histórica principal pelo curso fascistóide e terrorista em que enveredaria o poder político uruguaio ao longo dos anos 1970: tratava-se, naqueles anos infames, de quebrar a espinha dorsal dos partidos de esquerda e do movimento sindical e se a guerrilha tupamara exacerbou e agravou o ímpeto liberticida da reação uruguaia e de seu aparelho coercitivo, não foi somente contra ela, mas também contra o Frente Amplio que apoiou a candidatura do general Liber Seregni nas eleições presidenciais de 1971, que se articulou, em 1972 e durante o primeiro semestre de 1973, o dispositivo golpista que conduziria à ditadura aberta instaurada a 26 de junho de 1973.

A questão que ora importa esclarecer não é, no entanto, a das conseqüências da guerrilha tupamara no agravamento da crise política uruguaia e em seu desfecho gol-

pista de 1973, mas a dos fatores que explicam o prestígio adquirido pelos tupamaros junto a amplos setores da esquerda uruguaia ao longo da segunda metade dos anos 1960, quando, a despeito da corrosão rápida das instituições democrático-liberais que haviam assegurado ao Uruguai, durante as décadas precedentes, a agradável reputação de “Suíça da América Latina”, persistiam, como notamos acima (com um pitoresco exemplo), liberdades públicas e garantias individuais. Indicaremos apenas aquele que nos parece ser o mais peculiar: a fortíssima sensibilidade continental da esquerda uruguaia, particularmente acentuada no Partido Socialista, do qual saíram muitos dos fundadores e militantes destacados do movimento tupamaro. Na época, o principal teórico do P.S. era o historiador Vivian Trias, que, em numerosos trabalhos, dentre os quais *Imperialismo y geopolítica en América Latina*, insistiu incansavelmente na tese de que o Uruguai não era viável como unidade econômica autárquica, mesmo porque sua formação, como Estado independente, resultara de manobras do imperialismo inglês, interessado em dispor, na entrada do Rio de la Plata, de um Estado-tampão entre a Argentina e o Brasil. Teses semelhantes, insistindo na inexorável decadência do país (que perdera, irreversivelmente, sua posição de grande fornecedor de carne no mercado internacional) e na necessidade de uma integração regional, e no limite, continental, que criasse espaço econômico para o desenvolvimento industrial no âmbito latino-americano, eram regularmente sustentadas na imprensa e na literatura progressista da época. Basta lembrar o semanário *Marcha*, um dos mais importantes órgãos de imprensa progressista do continente “ao sul do Rio Bravo” (vale dizer, da fronteira mexicana à Terra do Fogo), além do semanário *Izquierda*, editado pelo Partido Socialista. Compreende-se assim que, para a esquerda uruguaia, a situação global da América Latina constituía um dado tão relevante quanto a situação do país na determinação das perspectivas estratégicas do combate revolucionário. Mesmo os tupamaros, embora forçados pelas próprias peculiaridades nacionais da sociedade uruguaia a desenvolver uma luta guerrilheira perfeitamente heterodoxa em relação aos cânones estratégicos preconizadas tanto pela “linha cubana” quanto pela “linha chinesa” (com 70% da população vivendo em zonas urbanas, sendo que 45% somente em Montevideo, o campo não poderia ser “o palco principal da luta”), haviam enfatizado a inspiração continental de seu combate no próprio nome do movimento: o termo “tupamaros”, como se sabe, vem do chefe inca Tupac-Amaru, herói da resistência de seu povo contra o colonizador espanhol.

Quanto ao Sendero Luminoso, é notório seu enraizamento nas comunidades camponesas de língua quechua, econômica e culturalmente isoladas e discriminadas. Independentemente de qualquer juízo de valor sobre os métodos e as concepções ideológicas dos “senderistas”, é inegável que foram bem sucedidos em seu esforço de integração com as populações rurais da zona andina. Na América do Sul, o único movimento guerrilheiro que havia atingido resultado semelhante (fundir-se às massas camponesas) era o colombiano, com a grande diferença, no entanto, de que na Colômbia, a luta guer-

rilheira não foi desencadeada por uma organização de militantes revolucionários executando um plano estratégico, mas surgiu no prolongamento da guerra civil provocada, no início dos anos 1950, pela ditadura terrorista do conservador Laureano Gomez. A rigor, portanto, o Sendero Luminoso foi o único movimento guerrilheiro sul-americano que realizou a almejada osmose com o campesinato. Que tal resultado tenha sido atingido pela organização a mais rigidamente extremista e a mais sistematicamente terrorista de quantas, em nossa época, desfraldaram a bandeira da Revolução no continente ao sul do Rio Bravo, não deixa de ser inquietador. Sugere que quanto mais dogmática na doutrina e violenta na prática for uma organização revolucionária, maiores serão suas chances de sucesso. Mas esta impressão desagradável não nos parece corresponder a nenhuma tendência histórica de longo termo. O Sendero é uma exceção, como – numa escala muito mais terrível – o foi o Khmer Vermelho no Camboja. Mostra a eficácia do fanatismo posto a serviço de uma organização solidamente articulada e monoliticamente coesa. Do mesmo modo como a longa sobrevivência da “Maffia” ou o rápido sucesso da “seita Moon” mostram a eficácia de seus métodos respectivos. Mas a única conclusão geral que podemos extrair de uns e de outros é que, como a direita, a esquerda também tem seus marginais.

O desencadeamento da luta armada em 1968 como “resposta retardada” ao golpe de 1964

A tese que estamos sustentando foi afirmada com ênfase na conclusão de *Combate nas Trevas* de Jacob Gorender, para o qual “a luta armada... teve a significação de violência retardada” (Gorender, 1987, p. 249). A seqüência desta caracterização nos parece menos exata: “Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados” (id., p. 249). Antes de mais nada porque o sujeito do processo “luta armada” não era o mesmo: a esquerda que não lutou em 1964 não era a mesma que lutou em 1968, com a exceção dos dois dirigentes comunistas que romperam com o PCB para lançar a luta armada em São Paulo já em 1968 (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira). Estamos, claro, nos referindo à esquerda não enquanto conjunto indiferenciado de indivíduos, mas enquanto uma certa configuração do “espaço político” e uma certa *forma de articulação orgânica* no interior deste “espaço”. Neste sentido – que nos parece o mais importante – aqueles que *tomaram a decisão de não*

lutar em 1964, continuaram decididos a não lutar em 1968, enquanto os que impulsionaram a luta armada a partir de 1965 foram os que a desencadearam em 1968 em diante, com uma única exceção significativa (conhecido chefe político nacionalista de esquerda que se distinguira na resistência ao golpe militar de 1961 e tentara em vão resistir ao de 1964, tendo sido o iniciador, em seguida, dos preparativos da luta guerrilheira contra a ditadura; após o fracasso do chamado “foco de Caparaó”, em 1967, abandonou a empreitada sem maiores explicações). Além disso, a tese de Gorender é também inexata no que se refere às condições em que foi desencadeada a luta armada. Sem dúvida, teria sido historicamente mais justo travar às claras o combate frontal contra os golpistas no dia 31 de março de 1964; sem dúvida, as chances de sucesso teriam sido bem maiores. Mas como, em vez disso, João Goulart e as forças que o sustentavam capitularam sem resistência, era compreensível que a geração de militantes de esquerda que se dispusera a resistir em 1964 e só não o fizera por não dispor de qualquer comando político, tentasse contrapor “a violência revolucionária à violência reacionária” tão logo reunisse um mínimo de condições para tanto. Ora, em 1968, quando os grupos que mais tarde iriam formar a ALN e a VPR já haviam constituído o núcleo de suas organizações clandestinas respectivas, irromperam as lutas estudantis, logo ampliadas a largos setores da opinião democrática e reforçadas pelas greves de Contagem e de Osasco. pela primeira vez desde o golpe, o regime militar era colocado na defensiva política. Dir-se-á que tal defensiva era tática, já que a ditadura dispunha de recursos estratégicos para contra-atacar como o fazia com o Ato-5 a partir de 13 de dezembro de 1968. De qualquer modo, não se pode negar que, na relatividade das circunstâncias, a situação nacional, no primeiro semestre de 1968 era a mais favorável (ou menos desfavorável) desde o golpe, para uma ofensiva anti-ditatorial.

Embora importante, estes erros de avaliação não invalidam a interpretação global proposta por Gorender, de que a luta armada constituiu resposta violenta à violência inflingida contra a democracia, quatro anos antes, pelos golpistas que derrubaram o presidente constitucional e rasgaram a Constituição vigente (de 1946). Parece-nos que ambos os erros se explicam pela compreensível interferência, num esforço intelectual caracterizado, em suas linhas gerais, por metucioso levantamento historiográfico, da experiência pessoal do autor. É com efeito muito difícil, senão impossível, a um autor que também foi protagonista do processo que descreve, separar completamente a si próprio de si próprio. Gorender, como se sabe, ao lado de Apolônio de Carvalho e de Mário Alves, foi um dos dirigentes comunistas que viveu intensamente a experiência do pré-golpe com posições de esquerda dentro do PCB. Quando sugere que a esquerda que não pegou em armas em 1964, quando devia, tomou-as a partir de 1968, quando não devia, está pensando em seus companheiros mais próximos, notadamente os acima citados. Esquece-se de que seu caso foi a exceção e não a regra, já que a maioria dos dirigentes da luta armada não tinha exercido nenhum papel dirigente na esquerda até 1964.

Acresce que sua experiência na luta armada transcorreu no PCBR, a organização que entrou por último na guerrilha urbana, quando as organizações que a haviam desencadeado já se encontravam destroçadas e dizimadas por um aparelho de repressão aguerrido, copiosamente informado e totalmente embrutecido no uso sistemático da tortura e de outros métodos do terrorismo de Estado. *Iniciar a luta armada na virada de 1969-1970*, como o fez o PCBR, constituiu uma temeridade suicida e portanto um erro de apreciação incomparavelmente mais grave do que o cometido pelos que começaram as ações armadas em 1968. Como observou com amarga ironia um veterano da ALN: “nós, pelo menos, começamos durante o oba-oba. Eles, durante o epa-epa”.

Mais do que mera hipótese interpretativa, a afirmação de que o desencadeamento da luta armada teve o caráter de *resposta* não exatamente à violência do golpe enquanto *evento* histórico, mas à cristalização desta violência na ditadura militar enquanto golpe continuado, constitui a *constatação histórica* de um *fenômeno cultural* expresso na atitude coletiva de uma determinada corrente de opinião muito mais ampla, em 1968, do que sugere a designação de “ultra-esquerda” que lhe reservaram os bem-pensantes mal-intencionados. Este esclarecimento é tanto mais importante que uma crítica recente a *Combate nas Trevas* (Cf. Henriques, 1988) está toda construída em cima da confusão entre a luta armada como artigo doutrinário desta ou daquela estratégia revolucionária e a vontade ético-política de responder à violência reacionária com a violência revolucionária. A confusão é demasiado elementar para que seja necessário elucidá-la. Notaremos apenas que ao contrapor às análises histórico-concretas de Gorender o preceito universal de que “o momento do *consenso* na política dos socialistas deve subordinar amplamente o da *coerção*, da violência” (Henriques, 1988, p. 14), Henriques não está mais criticando nenhuma estratégia revolucionária, mas exprimindo o desejo, extremamente simpático, de que a história social e política da humanidade não seja como é, mas como ele gostaria de que fosse. Princípio normativo por princípio normativo, mais adequado às condições objetivas do Planeta Terra parece-nos o seguinte: o grau de violência das lutas sociais depende principalmente do grau de violência empregado pelos detentores dos meios materiais e intelectuais da coerção organizada.

Mais de perto nos interessa, no artigo crítico de Luis Henriques, a curiosa inversão dos nexos de causa a efeito na gênese da luta armada, que se explicaria não como resposta ao golpe reacionário, mas como expressão persistente da “cultura do golpe” (sic), dominante na esquerda, notadamente na trajetória dos comunistas. Característica desta cultura é a “desvalorização do tema da democracia política”. Foi por tê-lo desvalorizado antes, durante e depois do golpe da direita, que a “cultura do golpe” da esquerda conduziu às ações armadas, com os desastrosos resultados que conhecemos (id., p. 8). O próprio Gorender, segundo nosso crítico, “apesar de descrever severamente a aventura militarista, *está substancialmente preso ao quadro conceitual que explica e dá sentido a esta mesma aventura*” (id., p. 7, grifado no original). O “quadro conceitual”

em questão recebe ao longo do texto de Henriques designações recorrentes e, no espírito do autor, convergentes: além de “cultura do golpe”, é apresentado como “perspectiva insurrecional... própria das realidades ‘orientais’ ” (id., p. 10), “tradição bolchevique e terceiro-internacionalista, que concebe as armas como a verdade última da política” (id., 13), “entendimento da luta armada como *forma superior* da política, esta pérola do pensamento jacobino” (id., p. 14), “tentação jacobina do golpe no ‘momento favorável’ ” (id., p. 14), etc. Não temos nenhuma espécie de procuração para defender Gorender, o qual, de resto, há de se defender muito bem sozinho, se julgar necessário. De nossa parte, além das duas críticas já apontadas a respeito da sua apreciação sobre as condições do desencadeamento da luta armada (uso nominalista do sujeito “a esquerda” e avaliação inadequada da conjuntura de 1968), divergimos frontalmente da apreciação final de *Combate nas Trevas*, segundo a qual “o erro fundamental (das diversas correntes da esquerda) consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadores e pró-imperialistas” (Gorender, 1987, p. 250). Mas divergimos com critérios que nada têm a ver com os dos que, como Luis Henriques, fazem do “tema da democracia política” uma panacéia universal. Pensamos que o erro teórico de Gorender consiste em erigir uma *forma de luta em questão de princípio* e, portanto, em apresentar a luta armada como uma *fatalidade*, isto é, como uma condição necessária da transformação revolucionária da sociedade. As duas maiores revoluções da era moderna, aquelas que se tornaram, aos olhos da história, paradigmas da idéia mesma de revolução social, a saber a Francesa de 1789 e a Russa de 1917, embora tenham comportado enfrentamentos armados também historicamente emblemáticos (a tomada da Bastilha e do Palácio de Inverno, respectivamente), não constituíram, no essencial, *processos de luta armada*, no sentido que a expressão adquiriu nas revoluções contemporâneas do terceiro mundo. Não o constituíram sobretudo naquele sentido em que, erroneamente, Gorender faz consistir a correta estratégia da esquerda: preparar-se e preparar as massas para o “combate armado”. Nada mais paralizante do que reduzir a política revolucionária da classe operária à “preparação” do combate armado. As situações históricas em que a solução das contradições sociais passa por uma guerra civil não são, felizmente, frequentes. (Insistamos no *felizmente*: uma guerra civil é sempre atroz, sempre agrava as calamidades e os sofrimentos das massas populares, sempre exacerba as misérias da existência: sabem-no *todos* os povos que tiveram de passar por ela.) Se partimos da tese de que o dever dos revolucionários é preparar a luta armada, estamos preconizando que durante anos a fio, décadas a fio, suas energias se concentrem nesta “preparação” sem prazo. Na América Latina, quem está aplicando esta orientação é o Sendero Luminoso. Não cremos que seja um exemplo a seguir.

De qualquer modo, no plano historiográfico em que se situa o presente estudo, importa menos a persistência de Gorender na defesa de sua estratégia da preparação da

luta armada do que sua avaliação histórico-concreta das condições políticas que conduziram ao desencadeamento das ações armadas no Brasil de 1968 em diante, e através dela, a de seu aludido crítico. Obviamente, a fórmula “violência retardada” de que se serve Gorender exprime não apenas uma constatação histórica, mas também uma avaliação crítica, denotada na expressão “retardada”. É justamente a propósito desta avaliação crítica que o artigo de Luis Henriques opera a mais chocante de suas inversões das responsabilidades históricas do golpe de 1964 e da ditadura militar que instaurou, afirmando que Gorender, ao lamentar não ter havido resistência ao golpe, revela “escasso apreço pela institucionalidade democrática e pelo papel que as classes e camadas subalternas... poderiam desempenhar, impondo concretamente limites *substantivos* (grifado pelo autor) à forma abertamente autoritária que veio a assumir a modernização capitalista a partir de 1964” (Henriques, 1988, p. 8). Na mesma linha de raciocínio, os republicanos espanhóis, em 1936, ao se terem levantado contra o golpe fascista-militar de Franco *et caterva*, teriam mostrado seu escasso apreço pela institucionalidade democrática espanhola e os *partisans* iugoslavos, italianos, franceses que se levantaram de armas na mão contra o fascismo e os ocupantes nazistas, não teriam passado de “terroristas” (como os chamavam, de resto, os colaboracionistas locais e os algozes da SS e da Gestapo). Sairíamos de nosso tema de examinássemos outras aberrações intelectuais e ético-cívicas que articulam a diatribe de L. Henriques contra Gorender. Limitar-nos-emos a duas observações a respeito da confiabilidade teórica de seus argumentos. A primeira concerne a passagem citada logo acima em que o Brasil do pós-golpe é caracterizado pela “modernização capitalista”, efetuada de “forma abertamente autoritária”, cabendo às “classes e camadas subalternas” impor limites não ao *caráter capitalista* da “modernização”, mas à sua *forma* “autoritária”. Como se o programa democrático fosse um cardápio onde pudéssemos escolher modernização capitalista com acompanhamento de uma forma não-autoritária! Como se a forma fosse indiferente ao conteúdo! Como se o combate democrático da classe operária não constituísse a forma (no sentido dialético e não banalmente tipológico do termo) que assume a luta anti-capitalista no interior de uma sociedade capitalista! Já a segunda observação refere-se ao uso abusivo do prestígio político, intelectual e moral que cerca merecidamente o nome de Antonio Gramsci para reforçar empreitadas ideológicas que vão *exatamente no sentido oposto* ao de suas convicções e posições as mais fundamentais. Será que L. Henriques, que crava sua discutível bandeira na memória do grande morto (p. 9, nota 6) não conhece os textos de Gramsci sobre o “Risorgimento” italiano, onde o jacobinismo é valorizado como um fenômeno político decisivo e como a matriz histórica da concepção nacional-popular da hegemonia? Será que ignora as passagens das *Note Sul Machiavelli*, onde, no mais franco e claro estilo bolchevista, Gramsci sustenta que o elemento mais importante para a formação de um partido revolucionário é o “grupo de capitães” que constituem-lhe a força “*coesiva, centralizzatrice e disciplinatrice*”, sem a qual um exército se desfaz, ao

passo que *“l'esistenza di un gruppo di capitani, affiatati, d'accordo tra loro, con fini comuni, non tarda a formare un esercito anche dove non esiste”*. Se Henriques desenvolvesse sua intrépida análise da “cultura do golpe” até a Itália dos anos 1920 e 1930, descobriria aquilo que estão cansados de saber todos os que conhecem minimamente a história do movimento comunista internacional: que Gramsci foi ardoroso defensor da política revolucionária tão vituperada pelos neo-liberais d'aquém e d'além mar.

A tática contra a estratégia ou como os fins se adaptam aos meios

Na ética da esperteza, tão enraizada na cultura gelatinosa de nosso país, o “idealista”, isto é, aquele que se guia principalmente por suas convicções e não por seus interesses pragmáticos é um tolo inofensivo ou um louco perigoso. Na esquerda de 1968, as convicções predominavam amplamente sobre os interesses, o que explica, para além dos erros mortíferos cometidos pela geração da luta armada, a dificuldade que experimentam os “realistas de bom-senso” para compreender-lhe as motivações. Deixemos claro, a este propósito, que nossa recusa da imagem grosseiramente caricatural da luta armada com que os henriques de bom-senso pretendem, vinte anos depois, enterrá-la em efígie num caixão de terceira classe, bem como nossa insistência em que, longe de se reduzir a mais um dos tristes avatares da “tradição golpista” dominante no comunismo brasileiro, o envolvimento de parcela ponderável de nossa esquerda, a partir de 1968, no processo de violência revolucionária, constituiu uma decisão coletiva historicamente determinada e politicamente motivada, não implica em escamotear nem em edulcorar os componentes fortemente dogmáticos do pensamento político da esquerda armada. Com maior ou menor rigidez, as organizações de “ação direta” partilharam de um mesmo corpo de teses, algumas assumidas claramente, outras confusamente assimiladas, outras ainda, implícitas no ambiente cultural democrático de então, que constituíram o guia de sua ação. Expô-las com objetividade é um imperativo tanto historiográfico quanto ético-político, em que se inspiram as considerações que seguem.

a) – **Teses sobre a situação econômico-social do Brasil.** É freqüente ouvirmos dizer que a esquerda armada de 1968 tinha uma concepção “catastrofista” sobre a economia brasileira. A afirmação é inexata. O debate teórico recebera forte munição, nos anos que se seguiram ao golpe. Os dois mais importantes autores marxistas brasileiros, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado, haviam lançado alguns de seus melhores estudos sobre a evolução do capitalismo em nosso país, aquele insistindo nos fatores de bloqueio, este criticando as doutrinas do bloqueio e em geral as teses, predominantes no PCB, que viam na persistência dos entraves ao desenvolvimento do capitalismo o prin-

cial problema a ser resolvido pela revolução. As implicações político-estratégicas desta polêmica concerniam a questão dita do “caráter da revolução”, que acabou se mostrando claramente secundária relativamente à questão tática (no sentido leninista da expressão, que denota as formas de luta, por oposições a seu conteúdo), a saber, a da luta *armada* como forma principal (ou mesmo “superior”) da luta revolucionária. De qualquer modo, nos textos doutrinários e programáticos das organizações que desencadearam a luta armada encontramos tanto concepções inspiradas na teoria do bloqueio – é o caso, notadamente, de *A Crise Brasileira* de Carlos Marighella, publicado clandestinamente em 1965 –, quanto concepções opostas – defendidas notadamente pelos militantes oriundos da POLOP – que insistindo no caráter essencialmente capitalista da sociedade brasileira, sustentavam que a revolução seria necessariamente socialista.

Nem a teoria do bloqueio, nem a do caráter socialista da Revolução, podem, no entanto, ser consideradas como catastrofistas, se não jogarmos com as palavras, isto é, se por esta expressão entendermos a convicção de que a ordem social está prestes a desabar por força de catástrofes espontâneas. Afinal, não há concepção mais oposta ao bolchevismo (uma das “taras” ideológicas da luta armada, segundo Henriques) que o espontaneísmo. Não convém, no entanto, tirar de um argumento mais constatações do que ele comporta. É errôneo afirmar que não houve tendências catastrofistas dentro do movimento armado. Mas elas se manifestaram sobretudo quando, crescentemente isolados, os guerrilheiros urbanos sofreram fortes tentações de se agarrar, num combate onde as trevas se adensavam mais e mais, a qualquer ilusão que lhes trouxesse ânimo para continuar lutando – no caso, dando murros em ponta de faca. Mas tais tentações só se fizeram nitidamente sentir a partir de 1969 e sobretudo de 1970, quando a única esperança dos desesperados era dar mais um empurrãozinho (armado) na situação objetiva para ver se tudo despencava. Foram eles que despencaram, como sabemos. Em 1968, a opinião predominante entre os militantes da luta armada era muito mais próxima, talvez mesmo indiscernivelmente próxima, da opinião democrática em geral a respeito da política econômica da ditadura militar. Considerava-se que ela iria fracassar, ou, mais exatamente, que a recessão de 1964-1967 e o forte arrocho que a acompanhava, iriam se prolongar indefinidamente e que, portanto, ela já havia fracassado. Como se vê, tratava-se de uma apreciação solidamente amparada em evidências objetivas. Nenhum observador independente podia prever, àquela altura, o ciclo de expansão acelerada que, a partir de 1969, e à sombra lúgubre do Ato 5, iria consolidar o terrorismo militar-fascista de Garrastazu Medici. Mesmo os porta-vozes do governo Costa e Silva não se permitiam muito mais do que aquele otimismo de fachada imposto pelo protocolo administrativo. O mais conhecido dos economistas da oposição, Celso Furtado, então exilado na França, lá publicou, em 1967, um artigo intitulado *Brésil: de la République Oligarchique à l'Etat Militaire* (Furtado, 1967), incluído num número da revista *Les Temps Modernes* (editada por Jean-Paul Sartre e amigos) inteiramente consagrado ao Brasil, no qual

interpretava a política da ditadura militar como uma tentativa de “livrar o Brasil de suas tensões sociais crescentes” sem alterar o *statu quo* social. Tal objetivo só poderia ser atingido mediante a imposição do retrocesso social e econômico, sob a forma de um *modelo de pastorização*, isto é, de uma rearticulação do sistema produtivo em torno de três eixos principais: a) deslocamento da mão de obra excedente para as “fronteiras agrícolas vazias”, o que permitiria não somente aliviar as pressões sociais como também aumentar a oferta de produtos agrícolas sem nenhuma mudança tecnológica; b) concentração da produção agrícola em larga escala nas melhores terras produtivas ocupadas; c) transformação em pastagens – donde o nome do modelo – das terras ocupadas restantes. Uma vez realizado “este esquema de pastorização”, conclui o autor, “as tensões sociais serão reduzidas ao mínimo. Em seu esforço de preservação das estruturas sociais, o Brasil terá se afastado da revolução tecnológica cujo ritmo se acelera de um dia para o outro em escala mundial” (Furtado, 1967, p. 594-6). Sabemos que ocorreu exatamente o contrário: nos anos seguintes, o país conheceria forte ritmo de crescimento industrial e de urbanização e as tensões sociais, abafadas durante a primeira metade dos anos 70 pela ação combinada dos DOI-CODI e do “milagre” de Delfim Neto, ressurgiriam com força a partir de 1977-78. O importante, para nosso argumento, no entanto, não é o desmentido que os fatos trouxeram às previsões estagnacionistas do ilustre economista, mas o fato de que, no contexto intelectual de 1968, mesmo os mais respeitados teóricos difundiam a convicção de que a ditadura estava consolidando o bloqueio regressivo da economia e da sociedade brasileiras. Que outra conclusão tirar senão a de que era preciso fazer logo alguma coisa para que o Brasil não se cristalizasse como país do atraso econômico metodicamente induzido?

b) **Teses sobre a estratégia revolucionária.** Em torno das concepções estratégicas das organizações armadas se concentram suas mais sérias limitações históricas, isto é, tanto políticas quanto intelectuais, a começar pela própria ênfase obsessiva na “estratégia”, expressão que não pertencia ao vocabulário marxista, nem leninista, já que sua introdução no vocabulário comunista remonta provavelmente a Stalin, embora Mao Tse-tung tenha sido o primeiro grande chefe revolucionário de nosso tempo a conferir a esta noção importância crucial: uma de suas obras fundamentais se chama *Problemas da guerra e da estratégia*. Na verdade, Mao Tse-tung segue rigorosamente a definição apresentada por Stalin em 1924 em suas palestras na Universidade de Sverdlov, publicadas sob o título de *As bases do leninismo*: “a estratégia consiste em determinar a direção do golpe principal do proletariado e a coordenar em vista dele a disposição das forças revolucionárias durante uma dada etapa da revolução” (Stalin, 1969, p. 140). Segue-se que cada situação histórica comporta uma e só uma estratégia. A bem da objetividade, observe-se que Stalin concebe *metaforicamente* a noção de estratégia, isto é, transpõe-na para a esfera das forças políticas (classes e alianças de classes), reservando para o domínio da tática (como o fizera Lênin, o qual no entanto não empregava, como

notamos acima, o termo *estratégia*) a questão das *formas de luta*. Estritamente inspirado em Stalin, mas ampliando o uso do conceito de estratégia por aquele elaborado, Mao Tse-tung vincula as formas de luta à situação histórica e, mais ainda, à situação econômico-geográfica. Embora longa, a passagem que segue de *Problemas da guerra e da estratégia* merece ser reproduzida porque nela encontramos o fundamento teórico não somente – como é óbvio – da corrente maoista, mas também do “castrismo” e em geral do conjunto dos movimentos guerrilheiros latino-americanos.

“Nos países capitalistas... o feudalismo não existe mais, o regime é de democracia burguesa; em suas relações exteriores, estes países não sofrem opressão nacional... Face a estas particularidades, educar os operários e acumular forças por meio de lutas legais de longa duração, preparando-se assim para mais tarde derrubar o capitalismo, são as tarefas do Partido do proletariado nos países capitalistas... Mas enquanto a burguesia não estiver realmente reduzida à impotência, enquanto o proletariado em sua grande maioria não estiver decidido a empreender a insurreição armada e a guerra civil, enquanto as massas camponesas não vierem ajudar voluntariamente o proletariado, esta insurreição e esta guerra não devem ser desencadeadas. E quando o forem, *é preciso começar por ocupar as cidades para em seguida avançar sobre o campo, e não o contrário* (grifos nossos). É o que fizeram os Partidos comunistas dos países capitalistas, é o que confirma a experiência da Revolução de Outubro na Rússia... Não é este o caso da China. A particularidade da China é não ser um Estado democrático independente, mas um país semi-colonial e semi-feudal, onde o regime não é o da democracia, mas o da opressão feudal, um país que, em suas relações exteriores, não goza de independência nacional, mas sofre o jugo do imperialismo... Aqui, a tarefa essencial do Partido Comunista *não é passar por uma longa luta legal para chegar à insurreição e à guerra*, nem ocupar primeiro as cidades e depois o campo, mas proceder em sentido oposto” (grifos nossos) (Tse-tung, 1964, p. 309-310).

As formas principais de luta se inferem diretamente da situação histórica e “geográfica” (países semi-coloniais e semi-feudais, isto é, aqueles que mais tarde seriam chamados de “terceiro mundo”, expressão que os comunistas nunca aceitaram por razões evidentes), deixando portanto de constituir a dimensão tática da ação revolucionária para se erigirem em componentes estratégicos do processo histórico. A transposição direta desta concepção maoista para a América Latina implicava no pressuposto de que nela também as relações sociais se caracterizavam como “semi-coloniais e semi-feudais”. Pressuposto que não poderia ser aceito, como não o foi entre nós, pelos revolucionários que sustentavam ser o Brasil um país já predominantemente ou mesmo essencialmente capitalista. Donde a importância teórica que apresentavam, para estes grupos, as teses “castristas”, tanto na versão de Che Guevara quanto naquela, conceptualmente mais elaborada, de Régis Debray. Se, com efeito, a inovação introduzida por *Révolution des la Révolution?* na teoria revolucionária consiste na *autonomização da estratégia* relati-

vamente à dinâmica social, autonomizam-se também os *executores da estratégia* (isto é, a vanguarda revolucionária) relativamente às condições sociais sobre as quais atuam. A ideologia da vanguarda constitui o fator decisivo para a determinação do caráter da revolução: *ou revolução socialista ou caricatura de revolução* dirão uns; *pela libertação nacional*, dirão outros, convencidos, no entanto (na prática, senão na teoria) de que, como dizia Debray, “a melhor propaganda é uma ação militar bem executada” e, como assegurava Marighella, “a ação faz a organização” (subentendido: e a organização redige o programa).

A introdução na teoria comunista do conceito de estratégia (Stalin) a introdução, no conceito de estratégia comunista, das formas de luta (Mao Tse-tung) e enfim, a autonomização da estratégia (que passa a ser considerada como a essência da teoria revolucionária), constituem, em três etapas, a história da crispação voluntarista do bolchevismo ou, mais genericamente, do jacobinismo do século XX. Régis Debray, neste sentido, ultrapassou o limite filosófico do materialismo histórico (teoria da evolução social) para se situar no terreno da lógica imanente do poder, retomando uma tradição pre-jacobina: aquela inaugurada pelo Príncipe maquiaveliano.

Antes mesmo de ser objeto de uma intensa e áspera discussão interna nas organizações oriundas da cisão da POLOP (VPR em São Paulo, COLINA em Minas Gerais e no Rio de Janeiro), as teses de Debray haviam sido criticadas no primeiro documento político da futura ALN – então a dissidência marighellista de São Paulo – no documento *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, datado de fevereiro de 1968. Sem discutir sistematicamente a “teoria do foco guerrilheiro”, nem, menos ainda, sua expressão singular nos escritos de Régis Debray, o *Pronunciamento* recusa enfaticamente as acusações de “foquismo” que já se faziam ao grupo de Marighella, insistindo em que, sem o apoio da cidade, a vitória da guerrilha é impossível e em que a implantação da guerrilha na zona rural pressupõe o trabalho político junto aos camponeses, sem cujo apoio ela não conseguiria se consolidar.

Na experiência histórica concreta, a crítica ao foquismo limitou-se à busca do apoio das zonas urbanas. Todas as organizações armadas, mesmo recusando as teses de Debray, estavam de acordo em que a luta estratégica se desenvolveria no campo e que, portanto, a preparação da guerrilha rural constituía a tarefa fundamental do desencadeamento da luta armada. Nenhuma delas, como sabemos retrospectivamente, realizou esta tarefa estratégica. A luta armada no Brasil foi, quase exclusivamente, uma luta urbana. (Com a notória exceção da guerrilha do Araguaia, a qual, de qualquer modo, inspirou-se na concepção maoista do cerco da cidade pelo campo e em nada se influenciou pelo vanguardismo estratégico do foquismo). Foi, portanto, segundo seus próprios protagonistas, uma luta *tática*. Ironicamente, os sucessos táticos iniciais (nunca será demais repetir que, no fim de 1968, após ter realizado algumas ações espetaculares, dezenas de outras discretas e participado ativamente da greve de Osasco, a VPR não tinha *nenhum*

militante na prisão), foram lentamente erodindo a perspectiva estratégica? No plano dos princípios estratégicos, continuava-se a afirmar que apenas o destacamento guerrilheiro rural poderia tornar-se o embrião do Exército Popular Revolucionário. Mas os fatos, cabeçudos como sempre, teimavam em circunscrever a luta armada às zonas urbanas, ignorando acintosamente os cálculos estratégicos a que suspendiam suas esperanças os guerrilheiros do asfalto.

A prática das organizações armadas configurava pois claramente um desvio relativamente às suas concepções estratégicas, constatado como tal por muitos de seus militantes já em 1968. A semântica do “desvio” é dialeticamente pobre. Constata a *diferença* entre a teoria e a prática. Mas à interpretação do filisteu (de que na prática, a teoria é outra) contrapõe-se a consideração de que a diferença entre a linha política definida nos planos estratégicos e aquela materializada na ação significa não somente que a prática mudou de teoria (isto é, que as ações armadas não estavam constituindo a preparação da guerra revolucionária no campo), mas sobretudo que, sem sabê-lo e sem querê-lo claramente, as organizações envolvidas neste desvio estavam perseguindo *outros* objetivos estatégicos.

O encontro (historicamente acidental, já que não há relação direta de causa e efeito entre ambos) do desencadeamento das lutas de massa e do desencadeamento das ações armadas, em 1968, acabou contribuindo decisivamente para a tomada de consciência de que a estratégia era outra. Mas qual? Esquemáticamente, duas estratégias se delineavam, em estado prático, na ação das organizações armadas. Uma inspirava-se explicitamente na dinâmica do movimento de massas e considerava inseparável o destino militar da luta armada do destino político da mobilização e organização da classe operária e outras forças populares. Outra rejeitava como um corpo estranho ou pelo menos como um lastro inútil qualquer integração de setores de massa com a vanguarda revolucionária. Um dos apologistas deste ponto de vista, que um ano mais tarde far-se-ia conhecer pelo cognome de Jamil, sustentava ardorosamente, com o apoio de Onofre Pinto – o chefe da VPR até 1969 – que os métodos da luta política de massas, inclusive a imprensa clandestina, eram velharias superadas da “esquerda tradicional”... O enfrentamento destas duas correntes iniciou-se já em 1968, na VPR: em janeiro de 1969, os militantes que mais energicamente haviam defendido a necessidade de se ligar orgânicamente às massas operárias e de limitar a um mínimo indispensável as ações armadas na situação de terrorismo de Estado instaurada pelo Ato 5, foram expulsos da organização. A seqüência desta polêmica estratégica, que, ainda em 1969, levaria ao “racha” da VAR-PALMARES, escapa aos limites históricos do período de fluxo das energias revolucionárias a que o ano de 1968 ficou associado em nossa memória coletiva. Mas, conforme a observação, mais irônica do que ele imaginava, de Régis Debray, “nunca somos inteiramente contemporâneos de nosso presente”, o ano político de 1968 terminou em outubro-novembro de 1968 com o refluxo do movimento democrático de massas

e a 13 de dezembro de 1968 com a oficialização do Estado terrorista. Porém muitos militantes revolucionários só o perceberam mais tarde, muito mais tarde, em 1969 ou 1970, quando a tragédia da luta armada estava já em seu último ato.

MORAES, João Quartim de. Democratic mobilization and the development of armed struggle in Brazil in 1968: notes for a history and some critical observations. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(2): 135-158, 2.sem. 1989.

ABSTRACT: The important mass mobilizations that occurred in 1968, especially under the thrust of the student movement, were due to predominantly internal factors, as were also the first urban armed actions that took place in São Paulo in the same period (March-April 1968). While failing to display a causal link, the student demonstrations and the guerrilla groups can be referred to the same historical cause, the 1964 coup and military rule. To that extent, they were distinct forms of *democratic resistance*. This is not a reason, however, for us to overlook the international dimension of the 1968 events in Brazil, which is particularly evident in the prevailing theoretical views on revolutionary rural guerrilla strategy. Nevertheless, in practice armed struggle developed in urban centers and was eventually annihilated before it could overcome its "strategic impasse".

UNITERMS: Brazil: armed struggle, student movement; history, event, process; strategy, tactics, revolutionary war.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 23 a 31 mar. 1968.
- DEBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution?* Paris, Maspero, 1969.
- FURTADO, Celso. Brésil: de la république oligarchique à l'État militaire. *Temps Modernes*. Paris, 257 (23): 580-600. out. 1967.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavelli*. Roma, Ed. Riuniti, 1971.
- HENRIQUES, Luis Sérgio. Gorender, a esquerda armada e a questão democrática. *Presença*. Rio de Janeiro, n. 12, jul. 1988.
- LE NOUVEL OBSERVATEUR, Paris, 3 a 9 abr. 1968.
- MARIGHELLA, Carlos. *A crise brasileira*. s/1, s/e, s/d.

158 MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): 135-158, 2.sem. 1989.

MARTINS F^o, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papirus, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

STALIN. *Les bases du leninisme*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1969.

TRIAS, Vivian. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Montevideo, Ed. El Sol, 1967.

TSE-TUNG, Mao. Problèmes de la guerre et de la stratégie. In: ———. *Écrits militaires*, Peking, 1964.